



EXPEDIENTE

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

José Eduardo Ciotola Gussem

CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Luciana Sapha Silveira

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo da Silva Lima Neto

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS

Fernanda Moreira Jorgensen

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CRIMINAIS E DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Chaves da Costa

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DEFESA DE PRERROGATIVAS

Marfan Martins Vieira

CHEFIA DE GABINETE

Virgílio Panagiotis Stavridis

CONSULTORIA JURÍDICA

Emerson Garcia

ASSESSORIA EXECUTIVA

Mária Luiza Bezerra Cortes Barroso Miranda

COORDENADORIA DE MOVIMENTAÇÃO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA

Vera de Souza Leite

COORDENADORIA DE MOVIMENTAÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Patricia Mothé Glioche Béze

COORDENADORIA DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA

Elisa Fraga de Rego Monteiro

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Leandro Silva Navega

OUVIDORIA

Denise Freitas Fabião Guasque

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Dimitrius Viveiros Gonçalves

ASSESSORIA DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CÍVEL

Patrícia Leite Carvão (Assessora-Chefe)

ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS

Inês da Matta Andreiuolo (Assessora-Chefe)

GRUPO DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CRIMINAL

Cláudio Cardoso da Conceição (Coordenador)

ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CRIMINAIS

Orlando Carlos Neves Belém (Assessor-Chefe)

ASSESSORIA CRIMINAL

Antonio Carlos Silva Biscaia (Assessor-Chefe)

ASSESSORIA DE DIREITOS HUMANOS E DE MINORIAS

Eliane de Lima Pereira

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DEFESA DE PRERROGATIVAS

(Vago)

ASSESSORIA INTERNACIONAL

Humberto Dalla Bernadina de Pinho

ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Victoria Siqueiros Soares Le Cocq D`Oliveira

Sumário

• PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	1
• SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO	20
• SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	21
• SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	21
• SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CRIMINAIS E DE DIREITOS HUMANOS	21
• PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	22
• SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	47
• CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	47

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

RESOLUÇÃO GPGJ nº 2.272, DE 29 DE JANEIRO DE 2019.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º trimestre do exercício de 2018, exigido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, prevê que, ao final de cada trimestre, será emitido Relatório de Gestão Fiscal pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20;

CONSIDERANDO o disposto na Deliberação nº 264, de 20 de setembro de 2016, do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o que consta no Procedimento MPRJ nº 2019.0024591,

R E S O L V E

Art. 1º – Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º trimestre do exercício de 2018, na forma dos demonstrativos em anexo, conforme determina a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

José Eduardo Ciotola Gussem

Procurador-Geral de Justiça



ANEXO À RESOLUÇÃO GP/GI Nº 2.272, DE 29 DE JANEIRO DE 2019
 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												TOTAL (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
	JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018													
	LÍQUIDADAS													
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	maj/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	70.027.583,27	73.346.134,02	73.122.689,26	78.411.694,86	76.962.833,35	80.380.126,06	77.282.596,00	77.106.977,97	70.878.349,89	103.566.902,19	75.491.665,22	129.552.775,09	986.132.327,18	10.465.767,46
Pessoal Ativo	70.027.583,27	73.346.134,02	73.122.689,26	78.411.694,86	76.962.833,35	80.380.126,06	77.282.596,00	77.106.977,97	70.878.349,89	103.566.902,19	75.491.665,22	129.552.775,09	986.132.327,18	10.465.767,46
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	56.670.693,70	59.981.658,70	59.725.794,92	64.953.369,36	63.507.987,72	66.867.319,41	63.768.757,16	63.505.602,79	57.322.881,99	89.984.675,24	61.894.672,16	100.031.565,93	808.214.879,08	10.465.767,46
Obrigações Patronais	13.356.889,57	13.364.475,32	13.396.894,34	13.458.325,50	13.454.845,63	13.512.806,65	13.513.836,84	13.601.375,18	13.555.467,90	13.584.326,95	13.596.993,06	29.521.209,16	177.917.448,10	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.054.795,44	1.212.147,11	815.885,12	3.546.585,14	4.619.556,92	7.316.640,46	1.183.273,13	748.548,54	176.475,21	1.844.560,78	856.757,39	677.084,89	24.052.310,13	-
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.054.795,44	1.212.147,11	815.885,12	3.546.585,14	4.619.556,92	7.316.640,46	1.183.273,13	748.548,54	176.475,21	1.844.560,78	856.757,39	677.084,89	24.052.310,13	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	68.972.787,83	72.133.986,91	72.306.804,14	74.865.109,72	72.343.276,43	73.063.485,60	76.099.322,87	76.358.429,43	70.701.874,68	101.724.341,41	74.634.907,83	128.875.690,20	962.080.017,05	10.465.767,46

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR		% SOBRE A RECLAMADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		58.290.777.544,00	
(C) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III) + (II) (b)		972.546.794,51	1,67%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.165.915.558,88	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.107.524.780,94	1,90%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		1.049.234.002,99	1,80%

FONTE: Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil - SIAFE-Rio
 Unidade Responsável: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

NOTAS:

1 - A Receita Corrente Líquida foi apurada e informada pela Secretaria de Estado de Fazenda.

2 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Aamiel Siqueira de Carvalho
 Diretor de Orçamento e Finanças

Ana Luiza Pereira Lima
 Auditora-Geral do Ministério Público
 CRC-RJ 073963-0

Lácia Helena Castilho
 Diretora de Controle
 CRC-RJ 105684-0

Dimitrios Viveiros Gonçalves
 Secretário-Geral do Ministério Público

João Eduardo Ciotola Gussem
 Procurador-Geral de Justiça



ANEXO À RESOLUÇÃO GPGJ Nº 2.272, DE 29 DE JANEIRO DE 2019

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO V (LRF, art.55, Inciso III, alínea “a”)

R\$ 1.00

DISPONIBILIDADE DE CAIXA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				
		EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b+c+d+e)-f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.873.491,35	0,00	0,00	0,00	3.710.144,18	0,00	163.347,17	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Imposto - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS – Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS – Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	3.873.491,35	0,00	0,00	0,00	3.710.144,18	0,00	163.347,17	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	432.257.769,56	684.377,40	33.899.115,09	0,00	8.196.487,68	0,00	389.477.789,39	62.164.710,96	0,00
Recursos Ordinários	188.466.202,53	671.877,40	32.498.168,38	0,00	8.195.906,20	0,00	147.100.250,55	52.070.804,40	0,00
Recursos Não Vinculados	243.791.567,03	12.500,00	1.400.946,71	0,00	581,48	0,00	242.377.538,84	10.093.906,56	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	436.131.260,91	684.377,40	33.899.115,09	0,00	11.906.631,86	0,00	389.641.136,56	62.164.710,96	0,00

FONTES: Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro - SIAFE/2018.

NOTA 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Anmiel Siqueira de Carvalho
 Diretor de Orçamento e Finanças

Lúcia Helena Castilho
 Diretora de Controle
 CRC-RJ 105684-0

Ana Luiza Pereira Lima
 Auditora-Geral do Ministério Público
 CRC-RJ 073963-0

José Eduardo Ciotola Gussem
 Procurador-Geral de Justiça

Dimitrius Viveiros Gonçalves
 Secretário-Geral do Ministério Público



ANEXO À RESOLUÇÃO GPGJ Nº 2.272, DE 29 DE JANEIRO DE 2019

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 7

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	58.290.777.944,00	
DESPESA COM PESSOAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	972.545.784,51	1,67
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 2% da RCL>	1.165.815.558,88	2,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,9 % da RCL>	1.107.524.780,94	1,90
Limite de Alerta (inciso II do § 1º, art. 59 da LRF - <1,8% da RCL>	1.049.234.002,99	1,80
DÍVIDA CONSOLIDADA		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	62.164.710,96	389.641.136,56

Anmiel Siqueira de Carvalho
 Diretor de Orçamento e Finanças

Lúcia Helena Castilho
 Diretora de Controle
 CRC-RJ 105684-0

Ana Luiza Pereira Lima
 Auditora-Geral do Ministério Público
 CRC-RJ 073963-0

Dimitrius Viveiros Gonçalves
 Secretário-Geral do Ministério Público

José Eduardo Ciotola Gussem
 Procurador-Geral de Justiça